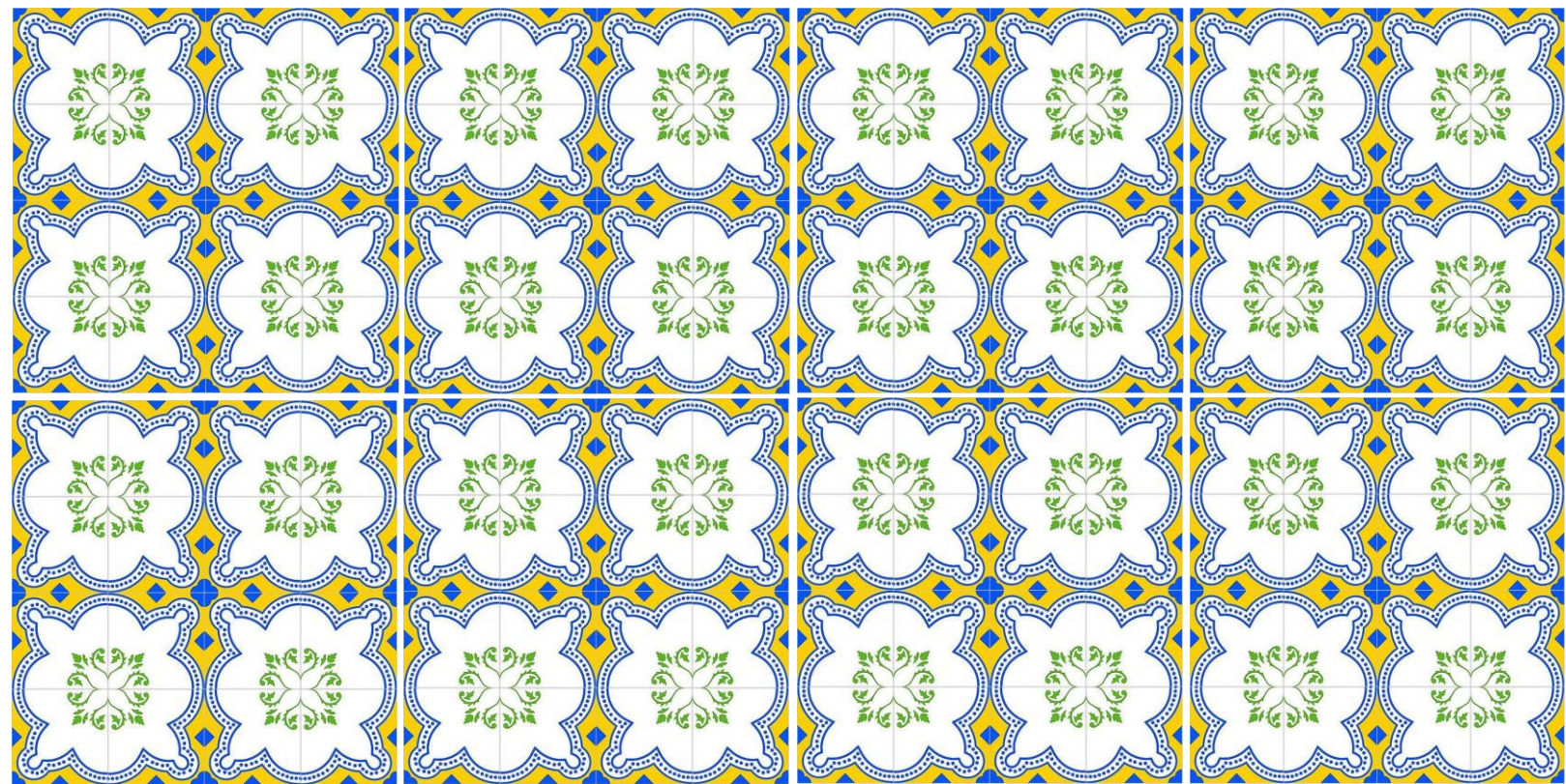




RELATÓRIO ANUAL 2019



Sumário

04	APRESENTAÇÃO
05	CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
06	QUADRO SOCIAL
09	PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB
18	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD
26	RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
27	VALOR DA COTA DO PMB
28	DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS
33	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
43	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
44	PARECER ATUARIAL DO PMB
50	PARECER ATUARIAL DO PBD
56	PARECERES DOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO

GESTÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire – Superintendente/ Diretora Fin. e Adm. em exercício
Márcia de Melo Lopes - Diretora de Segurança

CONSELHO DELIBERATIVO

Irismar do Socorro do Espírito S. Silva – Presidente
Andrea Ribeiro Nunes Freitas – Suplente

Maria Gorette Santos Simião – Titular
VAGO – Suplente

Letícia Jorge Falcão – Titular
Eritânia da Cruz Lopes – Suplente

Claudia Galgani Carvalho Alves – Titular
Sandra Nascimento Meireles – Suplente

Augusto Cezar de Moraes Salgado - Titular
Mivaldo Alves de Oliveira – Suplente

CONSELHO FISCAL

José Wellington Alves Bezerra – Presidente
VAGO – SUPLENTE

Joavan Azevedo Silva – Titular
Iraceliudes Ferreira da Silva Almeida – Suplente

Selma de Fátima Ribeiro Pereira – Titular
VAGO – Suplente

Maria de Nazaré Ribeiro Campos – Titular
José de Ribamar Martins Junior – Suplente

João Pinheiro Cunha – Titular
Maria Irene Lucena Assunção – Suplente

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Anual de Informações é o documento que tem por objetivo apresentar o resumo das informações sobre o demonstrativo dos Ativos e Passivos, registrados no exercício de 2019 na gestão dos Planos de Benefícios, PMB - Plano Misto de Benefícios e PBD - Plano de Benefício Definido e, divulgá-los aos participantes e assistidos da CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM.

Este relatório está fundamentado na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, objetivando principalmente a informação e transparência da gestão.



CENÁRIO ECONÔMICO

No ano de 2019, o ambiente internacional e o cenário local contribuíram para a boa performance dos ativos de risco, com a evolução positiva dos principais temas globais e uma agenda econômica local considerada positiva.

Marcado por incertezas ao longo do ano, o ambiente internacional encerra 2019 com um cenário prospectivo positivo para 2020. Três grandes pontos foram bastante destacados nos últimos meses. Primeiro, a tensão comercial, denominada de *Trade War*, entre Estados Unidos e China. Em segundo lugar, o Brexit foi outro tema extensamente discutido. Uma vez confirmada a saída do Reino Unido da União Europeia, o receio dos investidores era como isso seria feito, também postergando suas decisões de investimento e prejudicando os índices de confiança e crescimento. Por fim, ao longo do ano, as economias globais como um todo não apresentaram sinais de crescimento fortes, com indicadores que apontavam desaceleração do crescimento. Em resposta a esses dados e as incertezas dos mercados, os Bancos Centrais do mundo, liderados pelo FED (o Banco Central Americano) afrouxaram suas políticas monetárias, principalmente, via redução de juros.

No cenário local, o principal evento foi a aprovação da Reforma da Previdência, que ocorreu em novembro de 2019, e foi considerada essencial para o equilíbrio das contas públicas. Contudo, o mercado ainda espera a aprovação de outras reformas e a agenda de privatizações para que o país possa voltar a ter um crescimento mais forte. No início de 2019, esperava-se um crescimento próximo a 2,5% para o ano e, com o tempo, essas revisões foram decaindo, para números próximos a 1%. Por outro lado, esse crescimento fraco, junto com a inflação controlada e abaixo do centro da meta e o ambiente global de juros mais baixos, mencionado acima, permitiu o Banco Central a cortar ainda mais as taxas de juros vigentes no país, que encerraram o ano no patamar mínimo histórico de 4,5%.

Indicadores do Mercado Financeiro (%)					
	Dez 2019	ANO		Dez 2019	ANO
CDI	0,38	5,97	IBX - Fechamento	7,27	33,40
IMA-B	2,01	22,97	DOLAR COMERCIAL	-4,58	4,02
IMA-B5	1,24	13,15	INPC	1,22	4,48
IMA-B5+	2,60	30,37	IPCA	1,15	4,31
IBOVESPA - Fechamento	6,85	31,58	IGP-M	2,09	7,30

QUADRO SOCIAL

PLANOS	PARTICIPANTES		ASSISTIDOS	
	2018	2019	2018	2019
PBD – Plano de Benefício Definido	02	02	24	24
PMB – Plano Misto de Benefícios	93	75	377	372

DESTAQUES EM 2019

VII Café da Manhã em homenagem ao Dia do Aposentado

O Café da Manhã em homenagem ao Dia do Aposentado (comemorado nacionalmente no dia 24 de janeiro), no ano de 2019, foi realizado pela CAPOF no dia 25 de janeiro, no Lobby do Edifício Medical Jaracaty.

Foi a sétima edição do Café da Manhã, que, em mais um ano, foi bastante prestigiado, sem dúvida, um momento de confraternização e interação entre o público e a Entidade, no qual, a Diretora Superintendente, Maria de Jesus Castelo Branco Freire, visando manter a transparência da comunicação entre a CAPOF e seus assistidos, abriu a palavra aos presentes para que pudessem fazer considerações, críticas, tirar dúvidas e dar sugestões.





XIV SERAP – Semana de Recadastramento

A XIV SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes, foi realizada no período de 10 a 14 de junho de 2019, na Sede da CAPOF, onde foi intensificado o processo de atualização dos dados cadastrais, pois o recadastramento anual obrigatório teve início em janeiro de 2019.

No período em que ocorreu a XIV SERAP, foram oferecidos, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, serviços de vacinação, aferição de pressão arterial e teste de glicemia.



XIII ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF

O XIII ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF, evento cujo objetivo é o de promover a integração dos participantes e assistidos com a Entidade e gerar oportunidade para reunir antigos colegas de trabalho e estimular novas amizades, foi realizado no dia 08 de junho de 2019, no *Excellence Prime Buffet*, localizado no Olho D'água.

A programação de 2019 incluiu café da manhã, apresentação da Diretoria Executiva da CAPOF, palestra com a Médica Geriatra Dra. Jacira Serra, sorteio de 2 *Smart TV Samsung*, atração artística com apresentação da Companhia de Dança Vem BB e foi finalizado com almoço de confraternização.



Alteração do Regulamento do Plano PMB

O Regulamento do Plano PMB teve sua alteração aprovada nos termos da Portaria PREVIC/DILIC nº 896, de 15/10/2019, publicada no DOU, Seção 1, pág 36, em 21/10/2019.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB

DESEMPENHO DE INVESTIMENTO

Ao final do mês dezembro de 2019, os investimentos do PMB atingiram montante de **R\$ 226.647 mil** que, em comparação a dezembro de 2018 (**R\$ 208.409 mil**), registraram incremento de **3,77%**.

Os recursos do Plano foram alocados nos seguintes segmentos:

RENTA FIXA

A participação do segmento em dezembro de 2019 foi de **83,03%**, atingindo montante no valor de **R\$ 188.189 mil** que, em relação dezembro de 2018 (**R\$ 184.229 mil**) teve crescimento de **2,15%**.

No decorrer do ano foi resgatado valor de **R\$ 18.925 mil**, aplicado valor de **R\$ 4.730 mil** e obtido rendimento de **R\$ 18.166 mil**.

A carteira própria do Plano possui em provisão, Ativo Debêntures, com estimativa de perda no valor de **R\$ 332 mil**, representando **0,15%** da carteira de ativos do Plano.

Esse ativo alocado na carteira própria, foi em decorrência do encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016, ocasião em que referido ativo não foi possível de liquidação, sendo transferido para a carteira própria do Plano.

RENTA VARIÁVEL

A renda variável teve participação de **13,89%**, passando de **R\$ 26.294 mil** em dezembro de 2018, para **R\$ 31.487 mil** em dezembro de 2019 com aumento de **19,75%**.

O segmento, ao longo do ano, resgatou valor de **R\$ 2.300 mil**, auferiu rendimento de **R\$ 7.492 mil** e nenhuma aplicação feita.

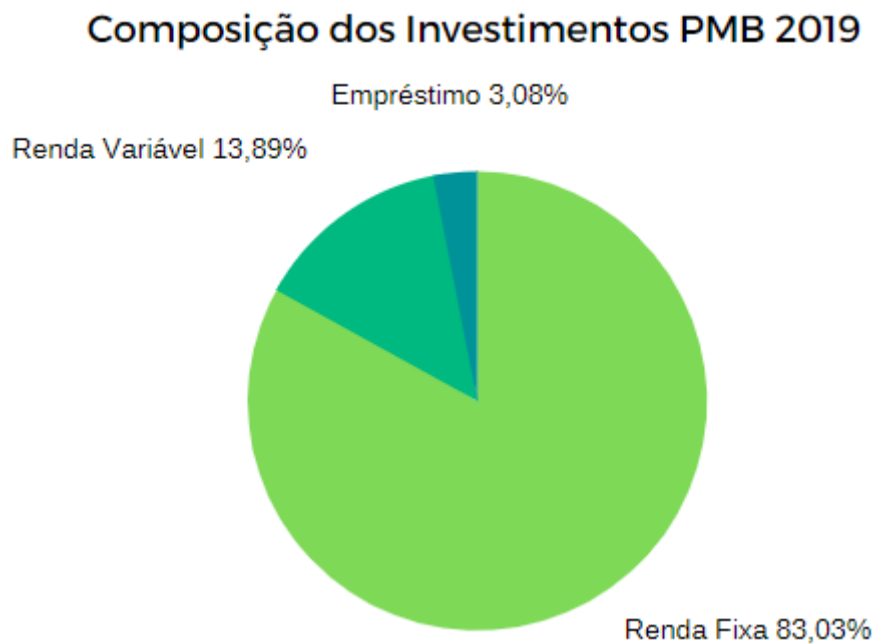
EMPRÉSTIMO

O segmento ao final de dezembro de 2019, teve participação de **3,08%**, atingindo valor de **R\$ 6.972 mil** e sofrendo redução de **-11,60%** em relação ao dezembro de 2018 (**R\$ 7.924 mil**). A carteira encerrou o ano com **320** contratos, inadimplência de **2,35%** e com a seguinte movimentação:

- 📍 Concessão: R\$ 4.665 mil
- 📍 Liquidação/Amortização: R\$ 6.483 mil
- 📍 Rendimento: R\$ 867 mil

A seguir, tabela e gráfico com a demonstração dos investimentos por segmento.

Valores Em R\$					
SEGMENTO	DEZ 2018	%	DEZ 2019	%	Var. %
RENTA FIXA	184.228.864	84,34	188.188.657	83,03	2,15
RENTA VARIÁVEL	26.294.071	12,04	31.486.561	13,89	19,75
EMPRÉSTIMO	7.924.177	3,63	6.971.762	3,08	-12,02
TOTAL	218.447.112	100	226.646.980	100	3,75



LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PLANO PMB – 2019

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como, o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCACÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	85,61%	75,00%	100,00%
Renda Variável	70%	10,70%	0,00%	12,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	3,69%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	1,00%

Ressalte-se, que o segmento renda variável ficou acima do limite máximo de 12%, estabelecido na Política de Investimento do Plano 2019, ocasionado somente pela sua valorização ao longo do ano de 2019, o que não foi caracterizado como desenquadrado.

APLICAÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Em dezembro de 2019 o Plano apresentou **82,7%** de recursos aplicados em Títulos Públicos, com **76,9%** concentrados em NTN-B, sendo **74,5%** marcados na curva e **2,4%** marcados a mercado, ficando o Fundo de Renda Variável com **13,9%**; e em Operações de Empréstimos com participantes com **3,1%**.

A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2019.

A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Mercado	5.402.940	2,38
NTN-B - Mercado Curva	168.845.912	74,50
LFTN	8.463.177	3,73
LTN-OVER	4.688.656	2,07
LETRA FINANCEIRA	813.937	0,36
FUNDO RENDA VARIÁVEL	31.486.561	13,89
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.971.763	3,08
Contas a Pagar/Receber	-32.183	-0,01
Tesouraria	6.217	0,00
TOTAL	226.646.980	100

TIPO DE GESTÃO

Em dezembro de 2019, o Plano registrou **96,92%** de recursos sob gestão de terceiros, no valor de **R\$ 219.975 mil**, diversificados conforme demonstrados na tabela abaixo, tendo **83,03%** de aplicação na modalidade fundo de investimento exclusivo, sendo **R\$ 15.521 mil** alocados no fundo exclusivo Lençóis, com **100%** de títulos marcados a mercado e **R\$ 172.567 mil** aplicados no fundo exclusivo Azulejos, com **97,8%** de títulos NTN-B marcado na curva.

O restante dos recursos, **3,08%** encontra-se em carteira própria destinado para operações de empréstimos.

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	201.646.149	88,97
Bradesco FI Renda Fixa Capof Lençóis	15.621.953	6,89
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	172.566.703	76,14
Bradesco FIA Dividendos	13.457.493	5,94
GAP GESTORA DE RECURSOS	6.448.342	2,85
Sharp Ibovespa Ativo FIA	6.448.342	2,85
VINCI GESTÃO DE PATRIMONIO LTDA	1.379.246	0,61
Vinci Selection Equities FIA	1.379.246	0,61
JGP	3.360.733	1,48
JGP Institucional FIA	3.360.733	1,48
IBIRAPUERA PERFORMANCE INVEST.	6.840.736	3,02
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.840.736	3,02
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	219.675.206	96,92
TOTAL	226.646.980	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos: (aplicação, resgate e liquidação), é realizada através dos serviços de custódia do Banco Itaú.

LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PLANO PMB – 2020

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2020.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	77,96%	35,00%	100,00%
Renda Variável	70%	14,84%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	3,11%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	1,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	3,09%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

DESEMPENHO RENTABILIDADE

O Plano fechou o ano de 2019, com uma boa rentabilidade de **12,64%**, ficando acima do índice de referência definido na Política de Investimento do Plano, **IPCA+4,61%a.a.**, que foi de **9,11%**. Contribuiu para esse desempenho o satisfatório resultado decorrente do segmento renda variável.

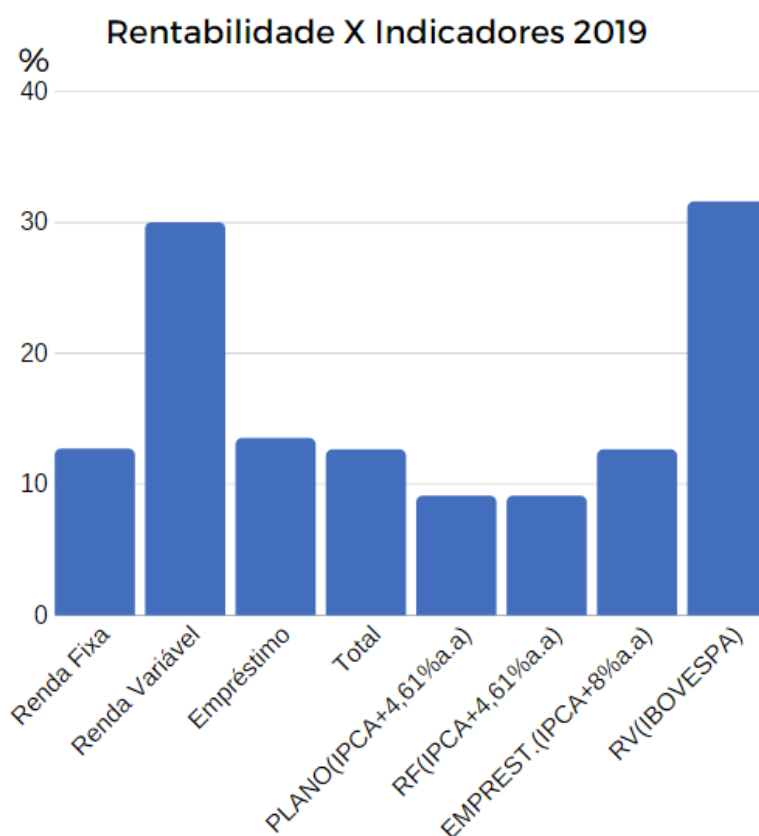
O **segmento renda fixa** encerrou o ano com rentabilidade de **10,17%** acima do benchmark estabelecido na Política de Investimento (IPCA+4,61% a.a.).

O **segmento renda variável** encerrou o ano com ótimo resultado de **29,97%** de rentabilidade, ficando próximo do benchmark Ibovespa, que foi de **31,58%**

O **segmento empréstimo** apresentou no ano de 2019 rentabilidade **13,51%**, acima do indicador de referência (IPCA+8% a.a.).

A seguir, quadro e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência estabelecidos na Política de Investimento do Plano.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	12,71
RENDA VARIÁVEL	29,97
EMPRÉSTIMO	13,51
TOTAL	12,64
BENCHMARK. (%)	
PLANO (IPCA+4,61% a.a.)	9,11
RF (IPCA + 4,61% a.a.)	9,11
EMPREST. (IPCA+8% a.a.)	12,65
RV (IBOVESPA)	31,58



DESPESAS

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano.

Estas despesas totalizaram, no decorrer do exercício de 2019, valor de **R\$ 2.742 mil**. Deste valor total, **36,16%** constitui despesas relacionadas com a gestão do Fundos de investimentos Exclusivos e Abertos, deduzidas diretamente das carteiras, no valor de **R\$ 991 mil**. Enquanto **63,94%** representa as despesas administrativas, totalizando valor de **R\$ 1.750 mil**.

Essas despesas são cobertas por recursos provenientes do custeio administrativo, originadas das seguintes fontes:

- 15% da Contribuição Previdencial;
- 1,4% da Taxa Administração de Empréstimo, sobre a concessão de empréstimo
- 50% do Resultado dos Investimentos, após deduzida Contribuição Previdencial, Taxa Administração Empréstimo e a parte do PGA.

Considerando que a Entidade não possui a segregação contábil das despesas administrativas por Plano, essas despesas foram calculadas, proporcionalmente por rateio com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefício.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	991.465	36,16
Taxa de Administração	814.859	29,72
Custódia	55.957	2,04
Taxa Anbima	5.886	0,21
Taxa Fiscalização CVM	44.547	1,62
Taxa Selic	7.416	0,27
Taxa Cetip	50.517	1,84
Auditoria	11.671	0,43
Outras Despesas	612	0,02
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.750.055	63,84
Pessoal e Encargos	1.073.963	39,17
Consultoria Atuarial	183.083	6,68
Auditoria Externa Contábil	170.538	6,22
Consultoria Jurídica	231.624	8,45
Consultoria Financeira	60.714	2,21
Consultoria de Risco	13.820	0,50
Consultoria para o Conselho Fiscal	16.313	0,60
TOTAL	2.741.521	

Fonte: Custódia Bco. Itaú e Balancete CAPOF

RISCOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE

Foi estabelecido na Política de Investimento do Plano, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos e regras. A Entidade procurará pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade socioambiental antes de qualquer tomada de decisão, observando prioritariamente os seguintes elementos:

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

- 📍 Geração de produtos e serviços que agreguem valor aos clientes;
- 📍 Incentivo à inovação tecnológica;
- 📍 Assegurar a adoção das melhores práticas de proteção aos direitos dos sócios/acionistas/investidores;
- 📍 Comprometer-se com a geração de valor aos sócios/acionistas/investidores;
- 📍 Empresas que optem por segmentos especiais de listagem destinados à promoção de práticas diferenciadas de transparência e de governança corporativa;
- 📍 Empresas que incentivam a geração de renda (desenvolvimento de pequenos produtores ou cooperativas);
- 📍 Precificação de negócios por valor justo.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 📍 Geração e disposição de resíduos de forma responsável, inclusive lixo eletrônico;
- 📍 Utilização sustentável de recursos naturais;
- 📍 Indução de boas práticas ambientais para seus fornecedores e consumidores;
- 📍 Produtos e serviços voltados para o mercado ambiental;
- 📍 Políticas construídas com intuito de minimizar os impactos ambientais associados às suas atividades;
- 📍 Adotem programa de consumo responsável em suas dependências, otimizando o uso de água, energia e papel;
- 📍 Gerenciem as emissões de gases de efeito estufa;
- 📍 Signatárias de entidades que promovem certificações de responsabilidade ambiental;
- 📍 Participem de projetos voltados à preservação ambiental;

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

- 📍 Combate a discriminações, de assédio, corrupção, extorsão e propina;
- 📍 Ações sociais;
- 📍 Erradicação de trabalho infantil, forçado, análogo ao escravo e escravo;
- 📍 Melhorias nas condições de trabalho;
- 📍 Proteção dos direitos humanos;
- 📍 Respeito à diversidade;
- 📍 Garantir uma gestão eficiente dos riscos;
- 📍 Promoção da inclusão social;
- 📍 Empresas que apoiam o desenvolvimento artístico e cultural.

GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

- 📍 Empresas que apliquem e promovam os princípios da boa governança corporativa;
- 📍 Empresas que apliquem e promovam código de conduta ética;
- 📍 Promover, induzir e assegurar boas práticas de transparência, prestação de contas e governança corporativa;
- 📍 Não autorizem a realização de negócios com parte relacionadas.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

DESEMPENHO DE INVESTIMENTO

O PBD finalizou o ano de 2019 com investimentos no montante de **R\$ 14.907 mil**, registrando um leve aumento de **1,45%** em relação ao ano anterior (**R\$ 14.695 mil**).

O Plano aplica seus recursos nos seguintes segmentos:

RENTA FIXA

Ao final do ano de 2019, o segmento apresentou uma concentração de **98,03%** dos investimentos, alcançando valor de **R\$ 14.614 mil** que, comparado ao ano de 2018 (**R\$ 14.386 mil**) apresentou ligeiro crescimento de **1,59%**.

No decorrer do ano o segmento realizou a seguinte movimentação: resgatou **R\$ 1.247 mil**, aplicou **R\$ 86 mil** e obteve rendimento de **R\$ 1.389 mil**.

EMPRÉSTIMO

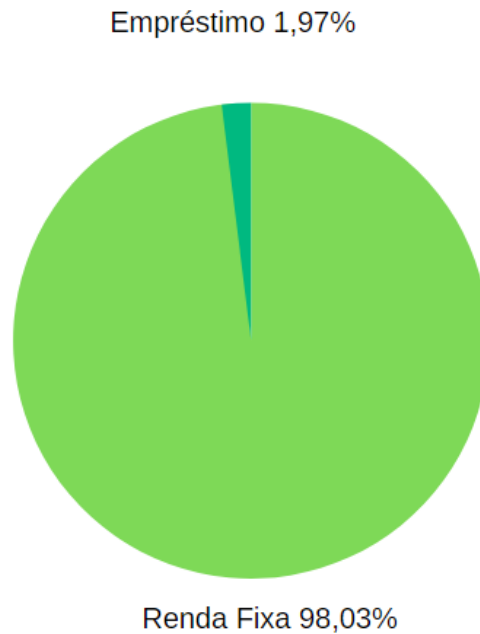
O segmento com participação de **1,97%** do patrimônio, encerrou o ano 2019 com saldo de **R\$ 294 mil** que em relação ao ano de 2018 (**R\$ 309 mil**) caiu **-5,00%**. A carteira encerrou dezembro de 2019 com **13** contratos, índice de inadimplência zerado e com a seguinte movimentação:

- 📍 Concessão: R\$ 94 mil
- 📍 Liquidação/Amortização: R\$ 146 mil
- 📍 Rendimento: R\$ 36 mil

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores Em R\$					
SEGMENTO	DEZ 2018	%	DEZ 2019	%	Var. %
RENTA FIXA	14.385.522	97,90	14.613.550	98,03	1,59
EMPRÉSTIMO	309.017	2,10	293.566	1,97	-5,00
TOTAL	14.694.539	100,00	14.907.116	100,00	1,45

Composição dos Investimentos PBD 2019



LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PLANO PBD – 2019

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como, o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	97,84%	88,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	2,16%	0,00%	5,00%

APLICAÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Em dezembro de 2019 o Plano apresentou **90,27%** de recursos aplicados em Títulos Públicos, com **77,04%** concentrados em NTN-B, marcados na curva e Operações de Empréstimos com participantes **1,97%**.

A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2019..

A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Curva	11.484.532	77,04
LTN-OVER	1.971.971	13,23
LETRA FINANCEIRA	1.157.431	7,76
Operações c/ Participantes	293.566	1,97
Contas a Pagar/Receber	-6.320	-0,04
Tesouraria	5.936	0,04
TOTAL	14.907.116	100,00

TIPO DE GESTÃO

Em dezembro de 2019, o Plano possuía **98,03%** de recursos sob gestão de terceiros, no valor de **R\$ 14.614 mil** operacionalizado pelo gestor Bradesco Asset Management (BRAM) aplicado no Bradesco FI Renda Fixa CAPOF Nebraska (Fundo Exclusivo), com **78,6%** de títulos marcado na curva no valor de **R\$ 11.485 mil**.

O restante dos recursos, **1,97%** alocado em carteira própria direcionado para o segmento empréstimo.

Abaixo, demonstração da terceirização dos recursos do Plano:

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	14.613.550	98,03
Bradesco FI Renda Fixa Capof Nebraska	14.613.550	98,03
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	14.613.550	98,03
TOTAL INVESTIMENTOS	14.907.116	-

% S/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos PBD

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos: (aplicação, resgate e liquidação), é realizada através dos serviços de custódia do Banco Itaú.

LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PLANO PBD – 2020

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2020.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	97,99%	88,00%	100%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	2,01%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	1,00%

DESEMPENHO RENTABILIDADE

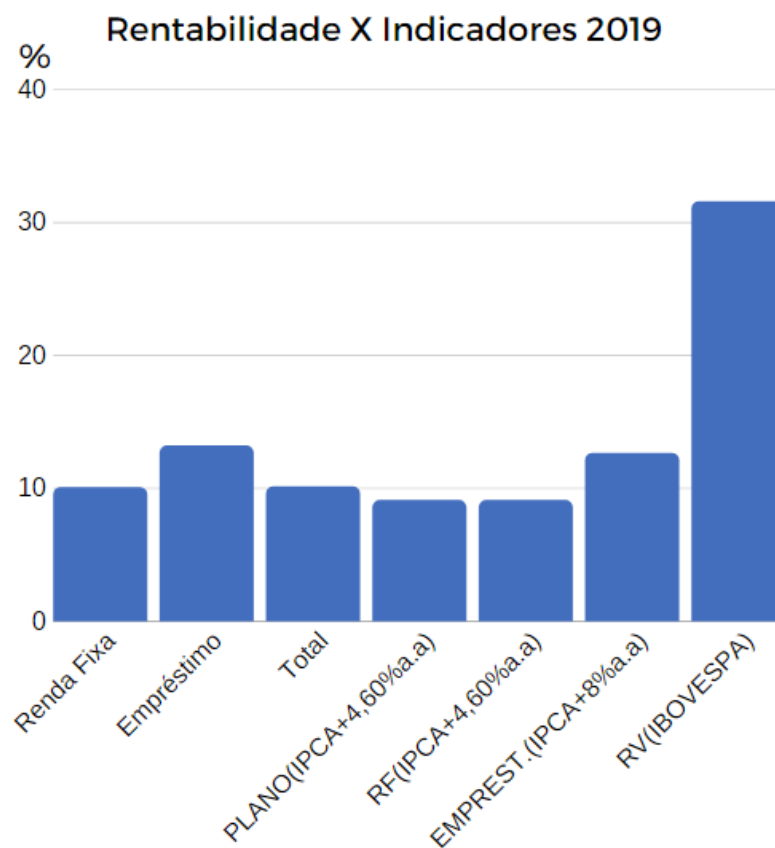
O Plano apresentou no ano de 2019 satisfatória rentabilidade de **10,13%**, quando comparada com meta atuarial definida da Política de Investimento (IPCA+4,60% a.a.).

O **segmento renda fixa** registrou em 2019 rentabilidade de **10,07%**, também com performance igual o Plano em relação ao indicador de referência (IPCA+4,60%a.a.).

A carteira de empréstimo no ano de 2019 teve rentabilidade de **13,21%**, acima do indicador de referência (INPC+8% a.a.).

A seguir, quadro e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	10,07
EMPRÉSTIMO	13,21
TOTAL	10,13
BENCHMARK. (%)	
PLANO (IPCA+4,60%a.a)	9,10
RF (IPCA+4,60%a.a)	9,10
EMPREST.(IPCA+8%a.a)	12,65
RV (IBOVESPA)	31,58



DESPESAS

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano.

Estas despesas totalizaram, no decorrer do exercício de 2019, valor de **R\$ 224 mil**.

Deste valor total, **41,19%** constitui despesas relacionadas com a gestão do Fundo de investimento Exclusivo, deduzidas diretamente da carteira, no valor de **R\$ 92 mil**. Enquanto **58,81%** representa as despesas administrativas, totalizando valor de **R\$ 132 mil**.

Essas despesas são cobertas por recursos provenientes do custeio administrativo, originadas das seguintes fontes:

- 15% da Contribuição Previdencial
- 1,4% da Taxa Administração de Empréstimo, sobre a concessão de empréstimo
- 50% do Resultado dos Investimentos, após deduzida Contribuição Previdencial, Taxa Administração Empréstimo e a parte do PGA

Considerando que a Entidade não possui a segregação contábil das despesas administrativas por Plano, essas despesas foram calculadas, proporcionalmente por rateio com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefício.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	92.388	41,19
Taxa de Administração	28.941	12,90
Custódia	21.918	9,77
Taxa Anbima	1.236	0,55
Taxa Fiscalização CVM	8.459	3,77
Taxa Selic	957	0,43
Taxa Cetip	25.041	11,16
Auditoria	5.835	2,60
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	131.930	58,81
Pessoal e Encargos	81.041	36,13
Consultoria Atuarial	13.780	6,14
Auditoria Externa Contábil	12.836	5,72
Consultoria Jurídica	17.434	7,77
Consultoria Financeira	4.570	2,04
Consultoria de Risco	1.040	0,46
Consultoria para o Conselho Fiscal	1.228	0,55
TOTAL	224.317	100,00

Fonte: Custódia Bco. Itaú e Balancete CAPOF

RISCOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE

Foi estabelecido na Política de Investimento do Plano, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos e regras. A Entidade procurará pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade socioambiental antes de qualquer tomada de decisão, observando prioritariamente os seguintes elementos:

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

- 📍 Geração de produtos e serviços que agreguem valor aos clientes;
- 📍 Incentivo à inovação tecnológica;
- 📍 Assegurar a adoção das melhores práticas de proteção aos direitos dos sócios/acionistas/investidores;
- 📍 Comprometer-se com a geração de valor aos sócios/acionistas/investidores;
- 📍 Empresas que optem por segmentos especiais de listagem destinados à promoção de práticas diferenciadas de transparência e de governança corporativa;
- 📍 Empresas que incentivam a geração de renda (desenvolvimento de pequenos produtores ou cooperativas);
- 📍 Precificação de negócios por valor justo.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 📍 Geração e disposição de resíduos de forma responsável, inclusive lixo eletrônico;
 - 📍 Utilização sustentável de recursos naturais;
 - 📍 Indução de boas práticas ambientais para seus fornecedores e consumidores;
 - 📍 Produtos e serviços voltados para o mercado ambiental;
 - 📍 Políticas construídas com intuito de minimizar os impactos ambientais associados às suas atividades;
 - 📍 Adotem programa de consumo responsável em suas dependências, otimizando o uso de água, energia e papel;
 - 📍 Gerenciem as emissões de gases de efeito estufa;
 - 📍 Signatárias de entidades que promovem certificações de responsabilidade ambiental;
 - 📍 Participem de projetos voltados à preservação ambiental;
-

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

- 📍 Combate a discriminações, de assédio, corrupção, extorsão e propina;
- 📍 Ações sociais;
- 📍 Erradicação de trabalho infantil, forçado, análogo ao escravo e escravo;
- 📍 Melhorias nas condições de trabalho;
- 📍 Proteção dos direitos humanos;
- 📍 Respeito à diversidade;
- 📍 Garantir uma gestão eficiente dos riscos;
- 📍 Promoção da inclusão social;
- 📍 Empresas que apoiam o desenvolvimento artístico e cultural.

GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

- 📍 Empresas que apliquem e promovam os princípios da boa governança corporativa;
- 📍 Empresas que apliquem e promovam código de conduta ética;
- 📍 Promover, induzir e assegurar boas práticas de transparência, prestação de contas e governança corporativa;
- 📍 Não autorizem a realização de negócios com parte relacionadas.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

PLANO PBD			
RECEITAS	2018 (R\$)	2019 (R\$)	VARIAÇÃO
Normais	154.611	280.319	81,3%
Extraordinárias	-	-	-
TOTAL	154.611	280.319	81,3%
DESPESAS	2018 (R\$)	2019 (R\$)	VARIAÇÃO
Benefícios	1.284.534	1.369.507	6,62%
Resgates	-	-	-
Pecúlios	-	-	-
TOTAL	1.284.534	1.369.507	6,6%

PLANO PMB			
RECEITAS	2018 (R\$)	2019 (R\$)	VARIAÇÃO
Normais	4.265.523	4.197.786	-1,6%
Extraordinárias	8.629.829	9.049.778	4,9%
TOTAL	12.895.352	13.247.564	2,7%
DESPESAS	2018 (R\$)	2019 (R\$)	VARIAÇÃO
Benefícios	20.554.310	23.672.332	15,2%
Resgates	2.804.238	5.695.583	103,1%
Pecúlios	83.764	140.230	67,4%
TOTAL	23.442.312	29.508.145	25,9%

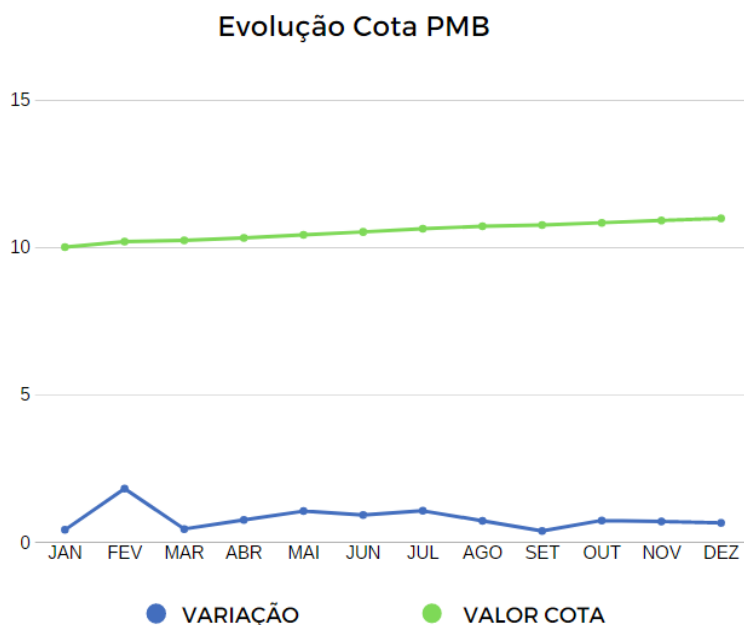
VALOR DA COTA DO PMB

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”. (Fonte: Manifestação Atuarial – GAMA Consultores Associados - 2008)

O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2019, foi de **R\$10,9945350** e a valorização no mês, foi de **0,65910358%**.

EVOLUÇÃO DA COTA DO PLANO PMB 2019

	Valor da Cota	Variação
JANEIRO	10,0209922	0,42265454
FEVEREIRO	10,2033251	1,81950975
MARÇO	10,2494644	0,45219866
ABRIL	10,3275915	0,76225583
MAIO	10,4369435	1,05883302
JUNHO	10,5338684	0,92867092
JULHO	10,6465277	1,06949665
AGOSTO	10,7244376	0,73178675
SETEMBRO	10,7658207	0,38587674
OUTUBRO	10,8457700	0,74262104
NOVEMBRO	10,9225441	0,70787201
DEZEMBRO	10,9945350	0,65910358



DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Balço Patrimonial de 12/2019

06/04/2020

10:28

1

Patrocinadora: Consolidado

Plano: Consolidado

ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONIVEL	47 D	76 D	EXIGIVEL OPERACIONAL	852 C	762 C
REALIZAVEL	247.424 D	238.073 D	GESTAO PREVIDENCIAL	392 C	300 C
GESTAO PREVIDENCIAL	1.856 D	1.796 D	GESTAO ADMINISTRATIVA	459 C	460 C
GESTAO ADMINISTRATIVA	72 D	88 D	INVESTIMENTOS	2 C	1 C
INVESTIMENTOS	245.496 D	236.189 D	EXIGIVEL CONTINGENCIAL	3.249 C	3.244 C
CREDITOS PRIVADOS E	0	11 D	GESTAO PREVIDENCIAL	2.110 C	2.284 C
ACOES	0	0	GESTAO ADMINISTRATIVA	1.139 C	960 C
FUNDOS DE INVESTIMENTO	238.230 D	227.945 D	PATRIMONIO SOCIAL	243.444 C	234.204 C
EMPRESTIMOS E	7.265 D	8.233 D	PATRIMONIO DE COBERTURA	239.636 C	229.429 C
PERMANENTE	74 D	60 D	PROVISoes MATEMATICAS	229.299 C	223.233 C
			BENEFICIOS CONCEDIDOS	257.564 C	253.149 C
			BENEFICIOS A CONCEDER	25.103 C	27.983 C
			(-)PROVISoes MATEMATICAS	53.368 D	57.899 D
			EQUILIBRIO TECNICO	10.338 C	6.196 C
			RESULTADOS REALIZADOS	10.338 C	6.196 C
			FUNDOS	3.808 C	4.775 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	25 C	1.696 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.508 C	1.792 C
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.275 C	1.286 C
TOTAL DO ATIVO	247.545 D	238.210 D	TOTAL DO PASSIVO	247.545 C	238.210 C

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:44

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): Consolidado

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	234.204	225.517	4
1. Adições	44.349	37.076	20
(+) Contribuições Previdenciais	12.574	12.115	4
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	26.834	21.911	22
(+) Reversão de Contingências - G. Prev.	113	65	75
(+) Receitas Administrativas	4.233	2.067	105
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	150	227	-34
(+) Reversão de Contingências - G. Adm.	0	0	0
(+) Constituição de Fundos de Investimento	443	691	-36
2. Destinações	-35.108	-28.390	24
(-) Benefícios	-30.878	-24.727	25
(-) Constituição de Contingências - G. Prev.	-108	-284	-62
(-) Despesas Administrativas	-3.489	-3.219	8
(-) Constituição de Contingências - G. Adm.	-178	-86	108
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-455	-75	508
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	9.241	8.686	6
(+/-) Provis��es Matemáticas	6.066	17.792	-66
(+/-) Super�v�t/D�f�cit Técnico do Exercício	4.142	-9.549	-143
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.672	837	-300
(+/-) Fundos Administrativos	716	-1.010	-171
(+/-) Fundos dos Investimentos	-11	617	-102
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	243.444	234.204	4





CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:45

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): Consolidado

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.782	2.803	-36
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.384	2.294	91
1.1. Receitas	4.384	2.294	91
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	954	935	2
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.017	1.010	1
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	67	119	-44
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	150	227	-34
Reversão de Contingências	0	0	0
Outras Receitas	2.196	3	86.690
2. Despesas Administrativas	-3.489	-3.219	8
2.1. Administração Previdencial	-3.299	-3.057	8
Pessoal e Encargos	-1.784	-1.636	8
Treinamento/congressos e seminários	-16	-22	-27
Viagens e est�dias	-38	-45	-14
Serviços de terceiros	-972	-957	2
Despesas gerais	-496	-385	29
Depreciações e amortizações	-12	-12	-5
2.2. Administração dos Investimentos	-191	-162	17
Serviços de terceiros	-191	-162	17
3. Constituição/Reversão de Contingência	-178	-86	108
6. Sobre/Insuficiência da Ges. Administrativa (1-2-3-4-)	716	-1.010	-171
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	2.508	1.792	40





CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:50

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	15.313	15.111	1
Disponível	1	3	-50
Receível	404	414	-2
Investimento	14.907	14.695	1
Fundos de Investimento	14.614	14.386	2
Empréstimos e Financiamento	294	309	-5
2.Obrigações	313	371	-16
Operacional	34	26	32
Contingencial	278	345	-19
3.Fundos não Previdenciais	180	137	31
Fundos Administrativos	176	125	40
Fundos dos Investimentos	4	11	-64
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	14.820	14.603	1
Provisões Matemáticas	15.334	15.433	-1
Superávit/Déficit Técnico	-514	-830	-38
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	202	101	100
(a) Equilíbrio Técnico	-514	-830	-38
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	716	931	-23

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:52

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	230.636	221.678	4
Disponível	29	56	-49
Receível	3.960	3.175	25
Investimento	226.647	218.447	4
Créditos Privados e Depósitos	0	11	-100
Ações	0	0	-7
Fundos de Investimento	219.675	210.512	4
Empréstimos e Financiamento	6.972	7.924	-12
2.Obrigações	2.192	2.214	-1
Operacional	360	276	30
Contingencial	1.832	1.938	-5
3.Fundos não Previdenciais	3.604	2.942	23
Fundos Administrativos	2.333	1.667	40
Fundos dos Investimentos	1.271	1.275	0
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	224.841	216.523	4
Provisões Matemáticas	213.964	207.801	3
Superávit/Déficit Técnico	10.852	7.026	54
Fundos Previdenciais	25	1.696	-99
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	27.081	23.568	15
(a) Equilíbrio Técnico	10.852	7.026	54
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	16.229	16.542	-2

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:54

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	14.603	14.599	0
1.Adic�es	1.587	1.318	20
(+) Contribui�es Previdenciais	241	131	84
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	1.346	1.186	13
2.Desta�a�es	-1.370	-1.314	4
(-) Benefícios	-1.370	-1.285	7
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	-29	-100
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-218	-4	5.760
(+/-) Provisões Matemáticas	98	-835	-112
(+/-) Super�v�t/D�f�cit Técnico do Exercício	-316	832	-138
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	14.820	14.603	1
C) Fundos não previdenciais	4	11	-64
(+/-) Fundos dos Investimentos	4	11	-64





CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido

Referência: JAN a DEZ/2019

Data: 06/04/2020
Hora: 09:57

Patrocinadora: Consolidado Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	216.523	207.447	4
1.Adic�es	37.826	32.708	16
(+) Contribui�es Previdenciais	12.332	11.983	3
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	25.489	20.724	23
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	5	0	0
2.Desta�a�es	-29.508	-23.631	25
(-) Benefícios	-29.508	-23.442	26
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	-189	-100
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-8.318	-9.076	-8
(+/-) Provisões Matemáticas	-6.164	-16.957	-64
(+/-) Fundos Previdenciais	1.672	-837	-300
(+/-) Super�v�t/D�f�cit Técnico do Exercício	-3.826	8.718	-144
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	224.841	216.523	4
C) Fundos não previdenciais	1.271	1.275	0
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.271	1.275	0





Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	15.137	14.985	1
1. Provisões Matemáticas	15.334	15.433	-1
1.1. Benefícios Concedidos	15.236	15.339	-1
Benefício Definido	15.236	15.339	-1
1.2. Benefício a Conceder	99	93	6
Benefício Definido	99	93	6
2. Equilíbrio Técnico	-514	-830	-38
2.1. Resultados Realizados	-514	-830	-38
(-) Déficit técnico acumulado	-514	-830	-38
3. Fundos	4	11	-64
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	4	11	-64
4. Exigível Operacional	34	26	32
4.1. Gestão Previdencial	34	26	32
5. Exigível Contingencial	278	345	-19
5.1 Gestão Previdencial	278	345	-19





Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	228.303	220.011	4
1. Provisões Matemáticas	213.964	207.801	3
1.1. Benefícios Concedidos	242.328	237.809	2
Benefício Definido	242.328	237.809	2
1.2. Benefício a Conceder	25.004	27.890	-10
Contribuição Definida	24.889	27.696	-10
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	13.325	14.853	-10
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	11.563	12.844	-10
Benefício Definido	115	194	-40
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-53.368	-57.899	-8
(-) Déficit equacionado	-53.368	-57.899	-8
(-) Patrocinador(es)	-37.813	-42.593	-11
(-) Assistidos	-15.556	-15.306	2
2. Equilíbrio Técnico	10.852	7.026	54
2.1. Resultados Realizados	10.852	7.026	54
Superávit técnico acumulado	10.852	7.026	54
Reserva de contingência	10.852	7.026	54
3. Fundos	1.296	2.971	-56
3.1. Fundos Previdenciais	25	1.696	-99
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.271	1.275	0
4. Exigível Operacional	360	276	30
4.1. Gestão Previdencial	358	274	30
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	56
5. Exigível Contingencial	1.832	1.938	-5
5.1 Gestão Previdencial	1.832	1.938	-5





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - BEM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM ("CAPOF" ou "Entidade" ou "Fundação") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação e constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

A CAPOF administra e opera dois planos de benefícios, um denominado de Plano de Benefício Definido - PBD e o outro, denominado de Plano Misto de Benefícios - PMB:

- O Plano de Benefício Definido - PBD, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A., é um plano com características de "Benefício Definido", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1984.0004-38 aprovado em 24 de setembro de 1984, em fase de extinção, sob a condição de plano fechado para novas adesões, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria nº 50.020, de 13 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em 14 de dezembro de 2016.
- O Plano Misto de Benefícios - PMB, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1999.0041-83, aprovado em 8 de janeiro de 1999, encontrando-se sob a condição de plano fechado para novas adesões, exceto para os participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido- PBD que podem optar pela migração, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria nº 896, de 15 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a CAPOF contava com 473 participantes (496 em 31 de dezembro de 2018), nos dois Planos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Participantes	Plano PBD		Plano PMB		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos	2	2	75	93	77	95
Assistidos	24	24	372	377	396	401
Total	26	26	447	470	473	496

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018; Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014 que dispõe sobre a periodicidade de envio dos balancetes e demonstrativos de investimentos à PREVIC, as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e a Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e gestão de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e gestão administrativa, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano e por patrocinador, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

As demonstrações contábeis consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, essas demonstrações contábeis consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo "C" da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade entre os planos, como: os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico.

2.2. Legislação vigente

As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPC são:

- a) Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis, define forma, meio e periodicidade de envio das Demonstrações Contábeis. A referida norma foi alterada pelas instruções MPS/ Previc nº 05, de 08 de setembro de 2011; MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014; MPS/Previc nº 21, de 23 de março de 2015; e MPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro 2015.
- b) Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 - dispõe sobre os procedimentos contábeis, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, pela Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e pela Resolução CNPC nº 20 de 18 de junho de 2015, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.
- c) Resolução CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012 - dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit. Altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- d) Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- e) Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 - aprova a NBC ITG 2001 (considerando as alterações previstas nas Resoluções CFC nºs 1.328 e 1.329, de 18 de março de 2011), estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- f) Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Gestão previdencial - realizável

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

3.2. Investimento

Os recursos garantidores dos planos previdenciais e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

3.2.1. Renda fixa

Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2. Renda variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e na Instrução CVM nº 438, de 12 de julho 2006.

3.2.3. Empréstimos a participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual o participante desembolsa uma taxa de seguro única na concessão de 3,00%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com o estabelecido na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.3. Ativo permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.4. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

Registra-se, ainda, no Exigível Atuarial dos Planos, a provisão matemática a constituir, que representa o valor presente do déficit equacionado referente à existência de insuficiência de cobertura das reservas de benefícios concedidos e a conceder.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas por Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e os respectivos regulamentos dos Planos. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial dos Planos de Benefícios PBD e PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2019, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,60% e 4,61% ao ano, respectivamente.

Superávit (déficit) Técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional e Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

3.6. Fundos

Registra os fundos constituídos, conforme a seguir:

Fundo previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial dos Planos PBD e PMB, conforme regulamento e suas respectivas notas técnicas atuariais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores alocados estão compatíveis com a realidade desses Planos, conforme avaliação atuarial.

Fundo administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Fundo de investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários ativos e assistidos, conforme mencionado no item 3.2.3 acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.7. Custeio administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

3.8. Transferência de recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.9. Receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2019				2018			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	1	29	17	47	3	56	17	76
Total	1	29	17	47	3	56	17	76

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2019			2018		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Depósitos judiciais (a)	221	1.564	1.785	288	1.440	1.728
Outros	8	63	71	-	68	68
Total	229	1.627	1.856	288	1.508	1.796

(a) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$245.496 em 31 de dezembro de 2019 (R\$236.189 em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado a seguir:

	2019				2018			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14.613	219.676	3.942	238.231	14.386	210.523	3.047	227.956
Créditos privados e depósitos:	-	-	-	-	-	11	-	11
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	11	-	11
Fundos de investimento:	14.613	219.676	3.942	238.231	14.386	210.512	3.047	227.945
Renda fixa (a)	14.613	188.189	3.942	206.744	14.386	184.218	3.047	201.651
Renda variável (b)	-	31.487	-	31.487	-	26.294	-	26.294
OUTROS INVESTIMENTOS	294	6.971	-	7.265	309	7.924	-	8.233
Empréstimos a participantes (c):	294	6.971	-	7.265	309	7.924	-	8.233
Empréstimos	294	6.997	-	7.291	309	7.893	-	8.202
Parcela em atraso	-	138	-	138	-	141	-	141
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(164)	-	(164)	-	(110)	-	(110)
Total	14.907	226.647	3.942	245.496	14.695	218.447	3.047	236.189

(a) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	Fundo de Investimento	2019				2018			
		PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Banco Bradesco	Nebraska	14.614	-	-	14.614	14.386	-	-	14.386
Banco Bradesco	Azulejos	-	172.567	-	172.567	-	165.178	-	165.178
Banco Bradesco	Lençóis	-	15.622	-	15.622	-	19.040	-	19.040
Banco Bradesco	FIDI Federal	-	-	-	-	-	-	540	540
Banco Bradesco	FI RF TARGET I	-	-	3.942	3.942	-	-	2.507	2.507
Total		14.614	188.189	3.942	206.745	14.386	184.218	3.047	201.651

Os fundos de investimentos Nebraska, Azulejos e Lençóis são fundos exclusivos da CAPOF, a qual detém 100% das quotas desses fundos. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira desses fundos:

Fundo de Investimento Nebraska

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2019	2018
					Valor contábil	Valor contábil
Debêntures	Para negociação (a mercado)	-	-		-	24
CDB-Pós	Para negociação (a mercado)	-	-		-	30
Letras Financeiras - LF	Para negociação (a mercado)	750	1.157	2020 a 2023	1.157	1.420
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	1.972	1.972	2024	1.972	1.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	9.159	11.485	2022 a 2055	11.485	11.055
Passivo exigível		-	(-0,4)		(-0,4)	(3)
Patrimônio do Fundo Nebraska		11.881	14.614		14.614	14.386

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

Fundo de Investimento Azulejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2019	2018
					Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	3.742	3.743	2024	3.743	5.951
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	129.070	168.846	2022 a 2055	168.846	159.245
Passivo exigível		-	(22)		(22)	(18)
Patrimônio do Fundo Azulejos		<u>132.812</u>	<u>172.567</u>		<u>172.567</u>	<u>165.178</u>

Fundo de Investimento Lençóis

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2019	2018
					Valor contábil	Valor contábil
CDB - Pós	Para negociação (a mercado)	-	-		-	28
Debêntures	Para negociação (a mercado)	-	-		-	178
Letras Financeiras - LF	Para negociação (a mercado)	750	814	2020	814	1.093
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	946	946	2024	946	11.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	4.030	5.403	2020 a 2045	5.403	4.758
Letras Financ. do Tesouro Nacional-LFT	Para Negociação (a mercado)	8.176	8.463	2021 a 2025	8.463	1.077
Outros fundos de investimentos	Para negociação (a mercado)	-	-	Indeterminado	-	50
Passivo exigível		-	(4)		(4)	(5)
Patrimônio do Fundo Lençóis		<u>13.902</u>	<u>15.622</u>		<u>15.622</u>	<u>19.040</u>

De acordo com o estudo elaborado pela Administração, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.

O PMB mantém 90,10% e o PBD mantém 85,35% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, respectivamente (IPCA+4,61% a.a. e IPCA + 4,60% a.a.); com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.

(b) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado, sendo o segmento exclusivo do PMB.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2019	2018
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	13.458	12.922
Mellon Serviços Financeiros DTVM	Sharp Ibovespa Ativo FIA	6.448	4.872
Mellon Serviços Financeiros DTVM	JGP Institucional FIA	3.361	2.556
Bradesco BEM DTVM	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.841	4.916
Bradesco BEM DTVM	Vinci Selection Equities FIA	1.379	1.028
Total		<u>31.487</u>	<u>26.294</u>

(c) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2019, a concessão de empréstimo, funcionou com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	Até 10 vezes o salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,6% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,4%. - Fundo de Quitação por Morte 3,0%.
Prazo	Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária de idade
Margem consignável	30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: - Imposto de Renda. - Contribuição para a Previdência Social. - Contribuição CAPOF. - Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o estabelecido na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Entidade mantém saldo de provisão para perdas. Em 31 de dezembro de 2019, esse montante é de R\$163 (R\$110 em 31 de dezembro de 2018), constituído conforme regras abaixo:

- No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.
- No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.
- No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

- (iv) No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2019				2018			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial								
Benefícios a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenções a pagar	34	255	-	289	26	203	-	229
Outros	-	102	-	102	-	71	-	71
Subtotal	34	357	-	391	26	274	-	300
Gestão Administrativa								
Contas a pagar	-	-	105	105	-	-	81	81
Retenções a pagar	-	-	353	354	-	-	381	381
Subtotal	-	-	458	459	-	-	462	462
Gestão de Investimentos								
Taxas a pagar	-	3	-	2	-	1	-	1
Subtotal	-	3	-	2	-	1	-	1
Total	34	360	458	852	26	275	462	763

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, essas provisões são apresentadas conforme quadro a seguir:

	2019				2018			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial								
Processos Cíveis	272	423	-	695	339	549	-	888
Processos Trabalhistas	6	1.409	-	1.415	6	1.389	-	1.395
Subtotal	278	1.832	-	2.110	345	1.938	-	2.283
Gestão Administrativa								
Processos Tributários	-	-	1.139	1.139	-	-	961	961
Subtotal	-	-	1.139	1.139	-	-	961	961
Total	278	1.832	1.139	3.249	345	1.938	961	3.244

Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$2.110 (R\$2.283 em 2018) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$1.785 (R\$1.728 em 2018), produzindo efeito líquido de R\$325 (R\$555 em 2018).

As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sob diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado), e os processos tributários resumem-se em ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições e inexistência do recolhimento do PIS e COFINS.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta no montante de R\$1.139 (R\$960 em 2018) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, não havia processos possíveis a serem divulgados, conforme opinião dos assessores jurídicos da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos

9.1.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as mesmas premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2018, inclusive para a taxa de juros que foi de 4,60% e 4,61% para os Planos PBD e PMB, respectivamente e estão representadas por:

a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos e pensionistas.

b) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

c) Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras vigentes, assumidas pela patrocinadora e pelos assistidos, destinadas a equacionar os déficits técnicos, em conformidade com o plano de custeio.

Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2019 e de 2018:

	2019			2018		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Benefícios concedidos	15.236	242.328	257.564	15.340	237.809	253.149
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	15.236	242.328	257.564	15.340	237.809	253.149
Benefícios a conceder	99	25.004	25.103	93	27.890	27.983
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	99	-	99	93	-	93
Contribuição definida	-	24.889	24.889	-	27.696	27.696
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	-	115	115	-	194	194
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	(53.368)	(53.368)	-	(57.899)	(57.899)
Total	15.335	213.964	229.299	15.433	207.800	223.233

As Provisões Matemáticas estão segregadas por plano de benefícios, quais sejam, o Plano de Benefício Definido - PBD e o Plano Misto de Benefícios - PMB, em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos de cada Plano, de suas características e regras constantes nos respectivos regulamentos e metodologia prevista em suas Notas Técnicas Atuariais.

As provisões matemáticas a constituir referem-se ao déficit técnico nas reservas de benefícios concedidos e a conceder do PMB, apurado em 31 de dezembro de 2019, conforme laudo emitido pelo atuário do plano.

Hipóteses atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	2019		2018	
	PBD	PMB	PBD	PMB
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.	4,61% a.a.	4,60% a.a.	4,61% a.a.
Projeção de crescimento real:				
Salários	Nula	Nula	Nula	Nula
Benefícios da Entidade	Nula	Nula	Nula	Nula
Benefícios do INSS	Nula	Nula	Nula	Nula
Fator de capacidade:				
Salários	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.
Benefícios da Entidade	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.
Benefícios do INSS	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.	0,98% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Tábua geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS2015 por sexo
Tábua geral anuidade de pensão	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS2015 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light (forte)	Light (forte)	Light (forte)	Light (forte)
Tábua de Invalídios	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Hipótese sobre composição de família:				
Aposentados	Família real	Família real do cadastro	Família real	Família real do cadastro
Pensionistas	Família real	Família real do cadastro	Família real	Família real do cadastro
Ativos	Família padrão	Família padrão	Família padrão	Família padrão
Índice dos Planos	IPCA - IBGE	COTA	IPCA - IBGE	COTA

Equilíbrio Técnico - Superávit

O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente (insuficiência) patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões matemáticas é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano.

	2019			2018		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Superávit Técnico Acumulado	(514)	10.852	10.338	(830)	7.026	6.196
Total	(514)	10.852	10.338	(830)	7.026	6.196

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2019:

	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	205.442	15.745	4.331
Constituição de provisões	17.791	-	-
Superávit técnico do exercício	-	(9.549)	-
Constituição de fundos	-	-	443
Saldo em 31 de dezembro de 2018	223.233	6.196	4774
Reversão de provisões	6.066	-	-
Superávit técnico do exercício	-	4.142	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	(966)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	229.299	10.338	3.808

9.2. Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta no valor de R\$25 (R\$1.696 em 2018) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, para o plano de benefícios, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2019 o fundo é composto conforme a seguir:

	2019	2018
	PMB	PMB
Fundo de Desligamento - PMB (i)	25	20
Fundo de Sobrevivência - PMB (ii)	-	1.676
Total	25	1.696

- (i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 57 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.

- (ii) O fundo coletivo de sobrevivência foi extinto após alteração regulamentar ocorrida no Plano Misto de Benefícios - PMB, aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria nº 896, de 15 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 2019.

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos dos planos e a rentabilidade do recurso aplicado nos planos de benefícios e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa.

	2019			2018		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Participação dos Planos no Fundo	175	2.333	2.508	125	1.667	1.792

c) Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta no valor de R\$1.275 (R\$1.286 em 31 de dezembro de 2018) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	2019			2018		
	PBD	PMB	Total	PBD	PMB	Total
FQM	4	1.271	1.275	11	1.275	1.286
Total	4	1.271	1.275	11	1.275	1.286

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução MPS/CNPC nº 16, de 16 de novembro de 2014 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos.

	2019		2018	
	PBD	PMB	PBD	PMB
Déficit/superávit técnico acumulado	(514)	10.852	(830)	7.026
Ajuste de precificação positivo	716	16.229	931	16.542
Equilíbrio técnico ajustado	202	27.081	101	23.568

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo.

26

No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações com o patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2019				2018			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Ativo Disponível	1	29	17	47	3	56	17	76
Fundos de investimentos renda fixa	14.614	188.189	3.942	206.745	14.386	184.218	3.047	201.651
Fundos de investimentos renda variável	-	21.677	-	21.677	-	18.866	-	18.866
Total	14.615	209.895	3.960	228.469	14.389	203.140	3.064	220.593
Resultado								
Resultado dos investimentos em renda fixa	1.389	18.166	151	19.706	1.195	16.940	228	18.363
Resultado dos investimentos renda variável	-	5.112	-	5.122	-	2.953	-	2.953
Contribuição patrocinador	1	8.248	-	8.249	2	8.249	-	8.251
Total	1.390	31.526	196	33.077	1.197	28.142	228	29.567

12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposta na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

27

12.1 Gerenciamento de riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão direta e fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada e necessariamente é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade.

b) Risco de mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.

d) Risco de liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realizou atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do passivo atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

Durante o exercício foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h) Risco operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de autoavaliação de riscos e controles internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e a Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, a Entidade questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, depositando judicialmente as parcelas de PIS e Cofins vencidas desde o ingresso da ação.

14. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 31 de março de 2020.


Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente
CPF: 175.349.253-04


Márcia de Melo Lopes
Diretora Seguridade
CPF: 257.156.313-00


Márcia Andréa Lages Tavares da Silva
CRC/MA - 5605-0
CPF: 329.779.803-34

PARECER AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Vicente Linhares, 521 -
11º andar
60135-270 - Fortaleza - CE
Brasil

Tel.: + 55 (85) 3264-7050
Fax: + 55 (85) 3264-7055
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Patrocinador e Participantes da
CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, conforme normas do CNPC) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício, que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, viáveis e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como as cerca de 286.295 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "I" CE


Daniel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1 SP 254522/O-0

2020-FOR-0025 VF (R) decx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

2

PARECER ATUARIAL DO PMB



PARECER ATUARIAL Exercício de 2019

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano Misto de Benefícios - PMB

Março de 2020

2

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o Plano de Misto de Benefício – PMB da CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e patrocinado pelo Banco Bradesco e pela CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela CAPOF. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela CONDE CONSULTORIA, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

O Custo do Plano Misto de Benefícios - PMB, calculado pela CONDE CONSULTORIA, resultou em 14,00% dos Salários de Participação, por outro lado, a CAPOF arrecada contribuições na proporção de 14,00% sobre o total dos mesmos Salários de Participação, quando adicionadas às Contribuições Extraordinárias sofrem variações, tendo em vista a forma de Financiamento.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2019, no valor de R\$224.815.936,66, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$213.964.320,40, apresentando um superávit de R\$10.851.616,26, aproximadamente 5,00% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$ 10.851.616,26 apresentado está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe destinação do superávit.

3

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **Plano Misto de Benefícios – PMB** da **CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Ressaltamos que o **Plano Misto de Benefícios - PMB** da **CAPOF** é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Hipóteses Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2019, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **Plano Misto de Benefícios - PMB** da **CAPOF** e estão aderentes e adequadas para este exercício.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ Características do Plano

O **Plano Misto de Benefícios - PMB**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução SPC nº 9, de 19/01/2006, onde no período em que o Participante está em atividade, cada um tem sua conta com seus recursos individualizados, nos moldes de um Plano de Contribuição Definida.

No período da inatividade, esses recursos geram um benefício vitalício, com regras de reajustes e rentabilidade pré-fixadas, cuja sustentação dar-se-á por um fundo coletivo, ou seja, com características de um Plano de Benefícios Definidos.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

➤ Alteração Regulamentar

No ano de 2019 houve alterações regulamentares no **Plano Misto de Benefícios – PMB**, aprovadas nos termos da Portaria nº 896, de outubro de 2019, que excluiu os dispositivos alusivos às inscrições de novos participantes, alternativas sobre a arrecadação das despesas administrativas, alteração da data-base de reajuste de benefícios e entre outras alterações.

➤ Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2019, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2019 Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos		Total	Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas ^(**)		
Quantidade de Participantes	71	265	106	371	442
Folha Salarial / Benefício (mensal)	477.562	1.372.788	325.440	1.698.228	2.175.790
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	6.726	5.180	3.070	4.577	4.923
Idade Média	53	72	69	71	68
Tempo Médio de Admissão (anos)	29	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	4	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	19	-	-	-	-

(*) No quadro acima foram desconsiderados os BPD's sem benefício de risco, resultando na quantidade de 4 participantes, cuja idade média é de 58 anos.

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base setembro/2019, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2019, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 0,53% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2019 a novembro/2019 para os participantes ativos da Patrocinadora Bradesco, e conforme o dissídio salarial da Patrocinadora **CAPOF** tem como base janeiro/2019 utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2019 a novembro/2019, logo, obteve um acréscimo de 3,22%.

Para os Participantes Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

foram recompostos tendo em vista a variação da cota proporcional ao período de julho/2019 a novembro/2019, de 2,59%. Para os benefícios decrescentes foram descontados os juros proporcionais da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- ✓ = 0,62% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 0,94% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 0,97% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 1,62% (descontada a taxa real de juros de 4,61% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ Saldo de Contas

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados no final do mês, e são de responsabilidade da **CAPOF**, sendo que a **CONDE CONSULTORIA** as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2019	2018
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entrada em Invalidez	LIGHT Forte	LIGHT Forte
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

6

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
 ccaconde@ccaconde.com.br
 www.ccaconde.com.br

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2019	2018
Taxa de Juros	4,61% a.a.	4,61% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2019	2018
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	2019	2018
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização financiado pelo método Idade de Entrada, e, ainda, o regime de Repartição Simples para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

Estudo de Aderência

Conforme a Instrução Previc Nº 10, de novembro de 2018, § 6º do Art. 32º: “O estudo técnico de adequação terá validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização, cabendo ao ARPB a indicação quanto à necessidade de sua realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios”.

A **Conde Consultoria Atuarial**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, elaborou em 2019, os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de

7

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
 ccaconde@ccaconde.com.br
 www.ccaconde.com.br

Hipóteses Biométricas, ao qual indicou as hipóteses que melhor expressem as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data da avaliação atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses, com exceção da taxa de juros comentada no item seguinte.

Considerando que os reajustes dos salários e benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,0% ao ano, encontramos a Capacidade Salarial e de Benefícios de 98% ao ano.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,61%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delinea as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da CAPOF e os Atuários os Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela CAPOF, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela CONDE.

➤ Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2019 o percentual de 10,18% que, comparado com o IPCA/IBGE, acumulado no período de 4,31%, acrescido do juro atuarial anual de 4,61%, resultou na taxa de 0,98% acima da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela CONDE está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que nesse exercício de 2019, ela atingiu a meta atuarial.

➤ Patrimônio de Cobertura do Plano

Apresentamos a seguir a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Valores em 31 de dezembro	Valores em R\$1,00	
Situação do Plano de Benefícios (*)	2019	2018
Ativo Total	230.635.642	221.678.252
Exigível Operacional	(359.644)	(275.759)
Exigível Contingencial	(1.831.856)	(1.938.170)
Fundo Previdencial	(24.677)	(1.696.494)
Fundos Administrativos	(2.332.696)	(1.666.757)
Fundo dos Investimentos	(1.270.829)	(1.274.839)
Patrimônio de Cobertura	224.815.937	214.826.233

(*) Informações coletadas do Balancete.

Tendo em vista eliminação do Fundo de Sobrevivência no Regulamento do Plano PMB aprovado pela Portaria/Previc/DILIC nº 896, de outubro de 2019, e ainda, em conformidade com o Parecer da Conde, observamos a movimentação dos recursos para o Fundo Administrativo, identificado no balancete de dezembro de 2019.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, contudo, existe um Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado em 31/03/2016, e o Primeiro Aditivo a esse instrumento, assinado em 09/03/2017.

➤ Passivo Judicial versus Ativo do Plano

Existem registros de Passivo Judicial no balanço do **Plano Misto de Benefícios - PMB** no valor de R\$ 1.831.856,16 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 1.564.147,36.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo Especial e/ou Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento.

Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Benefícios (*)	2019.	2018
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	10,88	10,80
Aposentadorias por Invalidez	0,47	0,38
Pensão por Morte	0,01	0,02
Pecúlio por Morte	0,42	0,58
Auxílio Doença	0,12	0,12
Despesas Administrativas	2,10	2,10
Custo Normal (Patroc / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	11,90	11,90
Despesas Administrativas	2,10	2,10
Custo Normal	14,00	14,00
Extraordinária em % ⁽¹⁾	6,25	6,25
Custo Total - Assistidos	20,25	20,25

Patrocinadora		
Extraordinária em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ 37.812.605	R\$ 42.593.243

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Valor Atual dos Salários de Participação para os Participantes e Patrocinadora e a Folha de Benefícios para os Assistidos

(1) Equacionamento do Déficit 2012/2015 sobre o benefício vitalício (déficit financiado por um grupo de 335 aposentados e pensionistas, o ano anterior eram 339) – informações CAPOF.

(2) Valor Presente posicionado em dezembro/2019 respeitando o Contrato de Confissão de Dívida.

O Custo do Auxílio-Doença foi avaliado pelo método de Repartição Simples.

Os valores para as Despesas Administrativas, considerados nesta Avaliação, foram informados pela CAPOF. O valor orçado é de R\$ R\$3.113.705,00, sendo que para as despesas previdenciais o valor é de R\$2.943.344,00 e para as despesas dos investimentos é de R\$170.361,00.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$213.964.320,00, conforme quadro a seguir:

10
Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Discriminação	2019	2018	
Benefícios Concedidos	242.328.260	237.809.405	
Benefícios a Conceder	25.004.165	27.889.925	
Benefícios do Plano com a Geração Atual	25.142.175	28.053.903	
Outras Contribuições da Geração Atual	(138.010)	(163.978)	
Reservas a Amortizar	(53.368.105)	(57.898.801)	
Patrocinadora	(37.812.605)	(42.593.243)	
Assistidos	(15.555.500)	(15.305.558)	
Total de Reservas Matemáticas	213.964.320	207.800.529	

Cabe esclarecer que o valor constante nas Reservas a Amortizar é referente ao déficit de equacionamento de 2015, compromissos estes amparados em documentos contratuais e em avaliações atuariais anteriores.

➤ Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da CAPOF, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (*)	Proposta do Plano de Custeio - 2020			
	Partic.	Patroc.	Total	Assistidos
Contribuição Normal em %				
Aposentadoria(**)	5,44	5,44	10,88	-
Aposentadorias por Invalidez	0,24	0,24	0,47	0,47
Pensão por Morte	0,01	0,01	0,01	0,01
Pecúlio por Morte	0,21	0,21	0,42	0,42
Auxílio Doença	0,08	0,08	0,12	-
Taxa de Carregamento	1,05	1,05	2,10	2,10
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	3,00
Contribuição Extraordinária				
Extraordinária - Patroc. em R\$ / para os Assistidos em %	-	37.812.605	37.812.605	6,25
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00	20,25
Total das Contribuições Extra. da Patroc. em R\$ - Valor Mensal (1)	-	662.889	662.889	-

(*) % Sobre o total dos Salários de Participação, BPD optante pelo Risco e para os Assistidos sobre o Total dos Benefícios

(**) Contribuição média observado conforme base de dados.

(1) Respeitando o Contrato de Consolidação e Confissão de Dívida, informado pela CAPOF. Para um grupo de 335 Assistidos, o percentual é de 6,25% sobre Benefício vitalício.

11
Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

Conforme informado pela **CAPOF**, as Despesas Administrativas serão custeadas através da manutenção da taxa de carregamento pelo percentual de 15%, aplicado sobre o total das contribuições normais do **Plano Misto de Benefícios**.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, foram definidas outras fontes de custeio administrativo: repasse da patrocinadora, taxa de administração de empréstimos, parte de receitas de investimentos e reversão de parte do fundo administrativo.

Ressaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do **Plano Misto de Benefícios - PMB**, no valor total de R\$224.815.936,66, cobre as Reservas Matemáticas de R\$213.964.320,40, gerando um superávit de R\$ 10.851.616,26, aproximadamente 5,00% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2019.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00
Situação do Plano de Benefícios	2019	2018
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	224.815.936,66	214.826.233,30
b) Reservas Matemáticas	(213.964.320,40)	(207.800.529,07)
a-b = Superávit	10.851.616,26	7.025.704,23

Este Plano há quatro anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição.

➤ Distribuição do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- (A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.
- (B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

12

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

Valores em R\$ 1,00

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência					
Taxa de Juros	25% das Reservas (A)	Fórmula (B)	LRC = MÍNIMO (A;B)	Superávit Atual	
4,61%	R\$ 47.268.905	R\$ 36.850.839	R\$ 36.850.839	R\$ 10.851.616	

LRC: Limite da Reserva de Contingência.
Ajuste de Precificação Positivo não é aplicável!
Observação: Foi utilizada a duração do passivo de 2018 de 9,49 anos.

Desta forma, o valor de R\$ 10.851.616,26 apresentado, está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe destinação do superávit.

➤ Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2019, conforme Sistema Venturo, para o Plano de Benefícios **Plano Misto de Benefícios - PMB** da **CAPOF**, é de 9,33 anos.

➤ Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
124.078.707,71	140.307.902,07	16.229.194,37

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

São Paulo, março de 2020.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

13

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECER ATUARIAL DO PBD



PARECER ATUARIAL Exercício de 2019

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano de Benefício Definido - PBD

Fevereiro de 2020

1
Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o Plano de Benefício Definido – PBD da CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO, que foi instituído 24 de setembro de 1984 e patrocinado pelo Banco Bradesco, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela CAPOF. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta Avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela CONDE, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

O custo do Plano de Benefícios Definido - PBD, calculado pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL, resultou em 8,88% dos Salários de Participação, por outro lado, a CAPOF arrecada contribuições na proporção de 8,88% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura Plano de Benefícios Definido - PBD, em 31/12/2019, foi de R\$14.820.438,00, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$15.334.466,00, resultando em um déficit de R\$514.028,00 aproximadamente 3,35% das Reservas Matemáticas.

Cabe esclarecer que houve um Ajuste de Precificação dos Ativos de R\$716.232,89, suficientes apenas para evitar o equacionamento da situação deficitária do Plano, contudo, em nossa opinião, esse procedimento não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio plano, mesmo porque a própria Contabilidade da CAPOF, fundamentada na Legislação, não fez esse

2
Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

reconhecimento por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil da entidade.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **Plano de Benefício Definido – PBD da CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial deficitária.

No exercício de 2019, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **Plano de Benefícios Definido - PBD da CAPOF** e estão aderentes e adequadas para este exercício.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ Características do Plano

O **Plano de Benefícios Definido - PBD**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1984.0004-38, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de novembro de 2005 e da Instrução SPC nº 9, de janeiro de 2006.

O **Plano de Benefícios Definido - PBD** encontra-se em extinção desde 01/11/1999.

➤ Alteração Regulamentar

No ano de 2019, não existiram alterações regulamentares no **Plano de Benefícios Definido – PBD**.

➤ Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2019, e contemplam todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente

3

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
 Rua João Anes 157 – São Paulo
 Fone: 55 – 11-3834.4933
 ccaconde@ccaconde.com.br
 www.ccaconde.com.br

submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2019

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos	Assistidos			Total de Participantes
		Aposen- tados	Pensio- nistas (*)	Total	
Quantidade de Participantes	2	17	7	24	26
Folha Salarial / Benefício (mensal)	5.720	75.656	22.768	98.424	104.144
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	2.860	4.450	3.253	4.101	4.006
Idade Média	57	70	68	70	69
Tempo Médio de Admissão (anos)	30	-	-	-	30
Tempo Médio para Aposent. (anos)	2	-	-	-	2
Tempo Médio de Plano (anos)	30	-	-	-	30

Observação: Existe um participante ativo em BPD com a opção de cobertura para os benefícios de risco

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base setembro/2019, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2019, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 0,57% referente à variação acumulada do IPCA-IBGE de setembro/2019 a novembro/2019.

Considerando o regulamento do Plano, para os Participantes Assistidos, os benefícios foram recompostos em 3,12%, sendo a variação acumulada do IPCA-IBGE observada entre janeiro/2019 a novembro/2019, no caso dos "primitivos", Participantes que ingressaram na CAPOF antes da implantação do Regulamento do Plano de Benefício Definido – PBD, aprovado pelo Órgão Governamental competente em 24/09/1984, tiveram o reajuste relativo ao dissídio salarial de 4,31%, no mês de setembro/2019, já considerados nos benefícios informados na base de dados.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e benefícios no pico, extraindo dos mesmos todo e qualquer efeito da inflação.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação atuarial são as seguintes:

4

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
 Rua João Anes 157 – São Paulo
 Fone: 55 – 11-3834.4933
 ccaconde@ccaconde.com.br
 www.ccaconde.com.br

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2019	2018
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entrada em Invalidez	LIGHT Forte	LIGHT Forte
Tábua de Invalidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2019	2018
Taxa de Juros	4,60% a.a.	4,60% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98% / 96%	98% / 96%
Índice do Plano ^(*)	IPCA-IBGE	IPCA-IBGE

(*) Índice mínimo, como se "em atividade estivesse".

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2019	2018
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Método de Avaliação	2019	2018
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

5

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

Para as Aposentadorias, Pecúlio e Pensões, o Regime adotado é o de Capitalização por Idade de Entrada; Repartição Simples para os Auxílios e Despesas Administrativas.

Estudo de Aderência

Conforme a Instrução Previc Nº 10, de novembro de 2018, Art. 32, § 6º: "O estudo técnico de adequação terá validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização, cabendo ao ARPB a indicação quanto à necessidade de sua realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios".

A Conde Consultoria Atuarial, a partir de dados fornecidos pela CAPOF, elaborou em 2019, os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, ao qual indicou as hipóteses que melhor expressem as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data da avaliação atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses, com exceção da taxa de juros comentada no item seguinte.

Considerando que os reajustes dos benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,0% ao ano, encontramos a Capacidade de Benefícios de 98% ao ano.

Esclarecemos que os participantes "primitivos", intitulados: "como se na ativa estivessem", tem seus benefícios recalculados nos momentos em que houver reajuste efetuado pela Previdência Social e pela Patrocinadora, sendo que, atualmente, esses reajustes são aplicados em épocas distintas e poderão variar conforme a posição cadastral informada pela Entidade.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação. Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,60%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da CAPOF e por nós Atuários,

6

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela **Previc**.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela **CAPOF**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

➤ Rentabilidade Patrimonial do Plano

A rentabilidade Patrimonial do **Plano de Benefícios Definido - PBD**, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu no exercício de 2019 o percentual de 9,56% que, comparado com a inflação acumulada no período de 4,31% (IPCA/IBGE), acrescida do juro atuarial anual de 4,60%, ultrapassou a meta atuarial em 0,41% neste exercício.

A rentabilidade calculada pela **CONDE** está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que nesse exercício de 2019, ela atingiu a meta atuarial.

➤ Patrimônio do Plano

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do **Plano de Benefícios Definido - PBD** da **CAPOF**, considerando o balancete contábil de 31 de dezembro de 2019:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Situação do Plano (*)	2019	2018	
Ativo	15.312.731	15.110.589	
Exigível Operacional	(34.277)	(25.944)	
Exigível Contingencial	(278.436)	(345.345)	
Fundos Administrativos	(175.579)	(125.455)	
Fundos dos Investimentos	(4.000)	(11.156)	
Patrimônio de Cobertura	14.820.438	14.602.689	

(*) Informações coletadas via Balancete.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **Plano de Benefícios Definido - PBD**.

7

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

➤ Passivo Judicial versus Ativo do Plano

Existem registros de passivo Judicial no balanço do **Plano de Benefícios Definido - PBD** no valor de R\$ 278.436,38 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 221.178,44.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 8,88% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios.

Custo Atuarial Nivelado (%)		
Benefícios	2019 % Custo (*)	2018 % Custo (*)
Aposentadorias	1,32	1,21
Aposentadorias por Invalidez	0,57	0,57
Pensão por Morte	0,01	0,01
Auxílios	0,37	0,37
Pecúlio por Morte	3,12	2,10
Despesas Administrativas	0,95	0,75
Custo Normal	6,34	5,01
Fundo Administrativo	2,54	2,54
Custo Total	8,88	7,55

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Salário de Participação.

Os valores para as Despesas Administrativas, considerados nesta Avaliação, foram informados pela **CAPOF**. O valor orçado é de R\$ R\$3.113.705,00, sendo que para as despesas previdenciais o valor é de R\$2.943.344,00 e para as despesas dos investimentos é de R\$170.361,00.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$15.334.466,00, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Descrição	2019	2018	
Benefícios Concedidos	15.235.824	15.339.109	
Benefícios a Conceder	98.642	93.483	
Reservas a Amortizar	0	0	
Total de Reservas Matemáticas	15.334.466	15.432.592	

8

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

> Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes serão fixadas, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, baseado no Plano Anual de Custeio, elaborado Atuarialmente a seguir:

Plano de Custeio - 2020	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD					
	ATIVO	PATROC.	TOTAL	BPD	APOSENTADO	PENSIONISTA
Total Contribuição Normal	3,17%	3,17%	6,34%	3,70%	14,00%	7,46%
Contribuição Normal	2,695%	2,695%	5,39%	3,05%	11,90%	-
Tx. de Carreg./Contr. Adm.	0,475%	0,475%	0,95%	0,65%	2,10%	7,46%
Fundo Administrativo	1,27%	1,27%	2,54%	2,54%	2,54%	2,54%
Total	4,44%	4,44%	8,88%	6,24%	16,54%	10,00%

De acordo com a informação da **CAPOF**, a taxa de carregamento será custeada pela manutenção do percentual de 15% aplicado sobre o total das contribuições normais do Plano de Benefício.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, foram definidas outras fontes de custeio administrativo: repasse da patrocinadora, taxa de administração de empréstimos, parte da receita dos investimentos e a reversão de parte do fundo administrativo.

Sugerimos a manutenção da contribuição para o reforço do Fundo Administrativo, tendo em vista a sua utilização, assim como, o custeio para os pensionistas, definido o percentual de contribuição pela **CAPOF**.

Ressaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

Contribuição média dos Participantes Ativos

Parcela do Salário de Participação em R\$ 1,00	Sobre a parcela escalonada	Sobre a parcela escalonada (*)
1ª Faixa: até 3.050,53	2,695%	3,17%
2ª Faixa: de 3.050,54 até 6.101,06	3,032%	3,57%
3ª Faixa: acima de 6.101,07	3,706%	4,36%
Contribuição Média dos Participantes	2,695%	3,17%
Contribuição Média da Patrocinadora	2,695%	3,17%
Contribuição média	5,39%	6,34%
Contribuição Fundo Administrativo	2,54%	2,54%
Contribuição média Total	7,93%	8,88%

(*) Inclui o custeio administrativo

9

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

> Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano, no valor total de R\$14.820.438,00 não cobre as Reservas Matemáticas de R\$15.334.466,00, gerando um déficit de R\$514.028,00 aproximadamente 3,35% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2019.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Situação do Plano	2019	2018	
a) Patrimônio de Cobertura	14.820.438	14.602.689	
b) Reservas Matemáticas	(15.334.466)	(15.432.592)	
a-b = (Déficit) / Superávit	(514.028)	(829.903)	

> Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2019, para do **Plano de Benefícios Definido - PBD** da **CAPOF**, é de 9,07 anos.

> Déficit do Plano

A Conde aplicou a Resolução CNPC Nº 30, de outubro de 2018, para identificar o equacionamento do déficit do exercício de 2019 e o mesmo não ultrapassou o limite previsto na citada resolução, assim não existe a obrigatoriedade do seu equacionamento neste estágio.

R\$1,00	
Apuração do Déficit	Valores
Reservas Matemáticas	15.334.466
Duração (anos)	9,07
Resultado Apurado (R\$) (Superávit/(Déficit))	(514.028)
Ajuste de Precificação* (R\$)	716.233
Resultado Apurado (R\$) - com Ajuste(*)	202.204
Limite do Déficit	777.457
Valor a ser equacionado	Não é obrigatório

(*) Ajuste de precificação informado pela **CAPOF**

10

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

➤ **Ajuste de Precificação de Ativos**

Em consonância com a legislação reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Valor Contábil x Valor Ajustado		R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
6.617.993,93	7.334.226,81	716.232,89

O Balanço Contábil da **CAPOF**, de forma explícita, apresenta uma situação de desequilíbrio (Déficit) no valor total de R\$514.028,45 que por sua vez, de acordo com a Nota Explicativa retro reproduzida, que parte do déficit será equacionada por meio de recursos gerados pela diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil. No entanto, a **CAPOF** segue o que determina a Legislação do Órgão Regulador e Fiscalizador.

Desta forma em nossa opinião, esse procedimento de Ajuste de Precificação dos Ativos não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio pleno, mesmo porque a própria Contabilidade da **CAPOF**, fundamentada na Legislação, não fez esse reconhecimento por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil da entidade, esclarecendo que os R\$716.232,89 enquadrados em Ajuste de Precificação dos Ativos foram suficientes para evitar, tão somente, o equacionamento da situação deficitária do Plano que seria efetuada no decorrer deste ano.

São Paulo, fevereiro de 2020.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

11

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECERES DO CONSELHO FISCAL E DELIBERATIVO



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019.

Em conformidade com o Art. 51, inciso II, do Estatuto da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM, consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018 e IN/PREVIC nº 25, de 2015, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2019, Consolidadas: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios PBD e PMB: Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano (DMAL) e a Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos (DPT), Notas Explicativas, consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da Empresa CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF, assim como pelo Relatório/Parecer da Empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF e de seus Planos de Benefícios e do PGA e recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das mesmas.

São Luís (MA), 06 de abril de 2020.

Conselho Fiscal da CAPOF:

JOSÉ WELLINGTON ALVES BEZERRA
Presidente

MARIA DE NAZARÉ RIBEIRO CAMPOS
Conselheira

SELMA DE FÁTIMA RIBEIRO PEREIRA
Conselheira

JOAVAN AZEVEDO SILVA
Conselheiro

JOÃO PINHEIRO CUNHA
Conselheiro



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019.

O Conselho Deliberativo, em conformidade com o Art. 45, inciso VI, do Estatuto Social da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão, consoante ao que estabelece a letra “k”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018 e IN/PREVIC nº 25, de 2015, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2019, no Parecer Atuarial da Empresa Conde Consultoria Atuarial Ltda., responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF, bem como no Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, resolve:

Aprovar as Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2019, respaldado no Parecer do Conselho Fiscal, nos Pareceres do Atuário e da Auditoria Independente.

São Luís (MA), 06 de abril de 2020.

Conselho Deliberativo da CAPOF:

IRISMAR DO SOCORRO DO ESPIRITO SANTO SILVA
Presidente do Conselho

CLAUDIA GALGANI CARVALHO ALVES
Conselheira

AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Conselheiro

MARIA GORETTE SANTOS SIMIÃO
Conselheira

LETÍCIA JORGE FALCÃO
Conselheira